

SOB SUSPEITA

Desmentido do BC deixa Jader por um fio

Em nota oficial, Banco Central desmonta versão do senador de que o teria inocentado

VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – Nota oficial divulgada ontem à noite pelo Banco Central complicou ainda mais a situação do presidente do Senado, Jader Barbalho. Ela desmonta enfaticamente as afirmações do senador de que não estaria tendo acesso aos relatórios e outros documentos usados nas investigações do BC. Mais que isso, desmonta a versão de Jader de que o banco já o inocentaria das acusações que vem recebendo.

Na nota de cinco páginas, o BC afirma que cumpriu com todas as suas obrigações perante a lei, ou seja, encaminhou ao Ministério Público do Pará e ao delegado da Receita Federal em Belém todas as ocorrências apuradas pela fiscalização.

Todo o cronograma de comunicações, com números e datas dos respectivos ofícios e processos, foram listados pelo BC. “As comunicações acima referidas visaram informar a ocorrência de indícios de crimes para que os órgãos destinatários pudessem, nas suas respectivas áreas de atuação, adotar as providências aplicáveis em cada caso, inclusive mediante investigações complementares que se mostravam necessárias e que estavam além das atribuições legais do BC”, diz a nota da diretoria.

O BC explicou que, nos limites de sua atuação, instaurou processo administrativo para apurar a responsabilidade dos dirigentes do Banco do Estado do Pará (Banpará). O resultado do processo foi a inabilitação para atuar no mercado financeiro por 10 anos para o diretor Hamilton Francisco de Assis Guedes e de três anos para o diretor Joaquim Oliveira Figueiredo. Como Hamilton era funcionário de carreira do BC, licenciado para ocupar o cargo de diretor no Banpará, foi instaurado inquérito disciplinar, que resultou em sua demissão por justa causa em 30 de dezembro de 1994.

Na nota, o BC também bate duro no Ministério Público ao transcrever parte do ofício encaminhado em 5 de maio ao procurador José Vicente Miranda Filho em que discorda da alegação deste de que o processo ha-

via sido arquivado por não haver provas de que o BC efetivamente enviara, no passado, os relatórios para o Ministério Público do Pará.

“Os registros do Banco Central confirmam o envio dos relatórios. Portanto, eventuais falhas do Ministério Público do Pará não podem ser imputadas ao BC”, diz a nota. De acordo com o Banco Central, a documentação foi encaminhada em 1992, tendo sido recebida pelo Ministério Público do Pará em 19 de outubro daquele ano.

Cronologia – A cronologia do BC para o envio dos documentos é a seguinte: em 1990, uma inspeção no Banpará apurou a emissão irregular de três cheques administrativos para pagamento de supostas prestações de serviços, em fevereiro de 1985, no valor nominal de 425.069 BTNs, o equivalente hoje a R\$ 538.626,61. Tais ocorrências foram objeto de notificação em 12/11/91 e 18/03/91 à Receita Federal e ao Ministério Pú-

blico. Durante a inspeção foi constatada ainda emissão irregular de outros quatro cheques administrativos, em maio de 1985, destinados ao pagamento de supostos rendimentos de aplicações de terceiros. O valor corresponde hoje a R\$ 383.389,10. Essa irregularidade também foi comunicada aos dois órgãos em

27/12/91 e 18/04/91.

Por fim, a inspeção também apurou a emissão irregular de mais 11 cheques administrativos, entre outubro e dezembro de 1984, que correspondem hoje a R\$ 1.757.374,98, contabilizados como se fossem para pagar aplicadores de títulos do banco e cujos valores serviram para compor aplicações em títulos de renda fixa ao portador na agência Jardim Botânico do Itaú, no Rio de Janeiro. Essa diligência, concluída em 1991, com auditoria de Abrahão Partroni Júnior e relatório dos inspetores Célio de Sena Torres e Gustavo Henrique Garcez, foi remetida ao Ministério Público do Pará em 09/10/92. O BC também explicou que encaminhou ao senador Jader Barbalho e a sua ex-mulher, deputada Elcione Barbalho, apenas a cópia do trabalho-resumo. “O relatório completo não foi remetido porque implicava em quebra de sigilo bancário de outras pessoas citadas no processo”, esclarece a nota do BC. (Ver íntegra da nota na página A6)



Ed Ferreira/AE

Simon e Maguito: discussão num encontro fechado com Renan